SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/11/2015 - Instituto Telecom

# Tim fecha 3º tri com lucro orgânico de R$ 172 mi

A empresa apurou receita líquida total de R$ 4,11 bilhões no trimestre, queda de 15,2% frente aos R$ 4,852 bilhões do mesmo período de 2014. Nos nove meses de 2015, a operadora soma receita líquida de R$ 13 bilhões, queda de 9,2% em relação a 2014.

O Ebitda orgânico (sem os efeitos da venda das torres) somou R$ 1,296 bilhão ligeira queda de 2,7% em relação ao 3T de 2014, mas a sua margem (indicador que mede a eficiência da operação) apresentou uma importante elevação, passando para para 31,5%, frente a 27,4% de 2014.

A operadora fechou o período com uma queda de 2,9% em sua base total, somando agora 72, 5 milhões de clientes, mas apresentou crescimento em sua base de pós-pago. No 3T de 2014 os clientes pós-pagos eram 12,2 milhões e aumentaram 12,6%, para 13,8 milhões.

Destaques

A empresa destaca o crescimento das receitas de dados, atingindo novamente impressionantes 41% ano contra ano em relação ao terceiro trimestre de 2014, fazendo com que nossas receitas de dados efetivamente dobrassem no período de um ano.

Mas ressalta que,"apesar do crescimento nas receitas de dados, a continuação do declínio das receitas de interconexão devido à redução da VU-M, em adição às tendências de voz e SMS, que somados ainda representam cerca de 65% das receitas totais, novamente trouxe pressões de curto-prazo ao crescimento da receita de serviços durante o trimestre, resultando em um declínio de 6.5% em relação ao mesmo período em 2014."

03/11/2015 - Convergência Digital

# Claro/Embratel vence licitação para interligar agências da ECT

E a Claro/Embratel levou a melhor na disputa ferrenha com a BT Brasil [British Telecom] para interligar as agências dos Correios. Com um lance um pouquinho abaixo de R$ 700 milhões, a empresa foi a vencedora do (novo) pregão realizado nesta terça, 3/11, para serviços de conexão IP.

A briga remonta ao ano passado, quando a BT foi inicialmente vencedora de pregão com o mesmo objetivo – na época, com o valor de R$ 783 milhões. A Embratel recorreu, alegando que houve alteração no lance após o encerramento do pregão.

O caso chegou ao Tribunal de Contas da União, que identificou irregularidades e mandou os Correios anularem aquele pregão. A BT teria modificado valores nos cinco itens da licitação para se adequar aos máximos permitidos, ainda que tenha se mantido com o menor valor global.

O pregão só foi enfim anulado em setembro deste ano. Em seguida, os Correios abriram nova disputa com o mesmo objetivo. Apenas a BT, que deu lance inicial de R$ 1,375 bilhão; e a Claro/Embratel, com R$ 2,610 bilhões foram para a briga, concluída nesta terça com a sessão em que os valores foram sendo reduzidos.

Ao final, como indicou o pregoeiro na sessão pública, "a menor proposta foi dada pela Claro S/A no valor de R$ 699.840.491".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/11/2015 - Telesíntese

# Oi quer acelerar fim do efeito comunidade na telefonia móvel

**Operadora reduz preços de chamadas para qualquer operadora em todo o Brasil, termina com cobrança de roaming e aumenta franquia de dados em todos os planos. As novas ofertas são válidas para clientes pré-pagos, controle e pós-pagos.**

A Oi reduziu hoje, 03, o preço de chamadas entre seus clientes e para usuários de outras operadoras, aumentou a franquia de dados e terminou com a cobrança diferenciada em roaming. As novas ofertas são válidas para clientes pré-pagos, controle e pós-pagos.

A medida atende às exigências da Anatel para que as operadoras transfiram a redução progressiva da tarifa de interconexão (VU-M) para os clientes finais. Segundo o diretor Bernardo Winik, mudanças de hábitos do consumidor também aceleraram a implantação da estratégia. O executivo identifica uma tendência de o usuário pré-pago abandonar o uso de múltiplos chips ao escolher seu plano de dados.

"Esse movimento tende a extinguir as redes e comunidades criadas entre clientes de mesma operadora, eliminando a necessidade de o consumidor pré-pago ter múltiplos chips", afirma o diretor de arejo da Oi, Bernardo Winik.

Nas novas ofertas, a companhia chega a triplicar a franquia de dados e reduzir em 80% o valor das tarifas móveis cobradas nas chamadas a outras operadoras. Inicialmente, a oferta está direcionada para clientes pré-pagos. Os planos foram rebatizados, e passam a se chamar Oi Livre, nas modalidades Por Minuto, Diário, Semanal ou Mensal. Em 25 de novembro, cliente dos planos pós e controle também poderão aderir.

Winik diz que espera movimento semelhante das outras operadoras, e que se isso acontecer, será bem-vindo. Atualmente, a TIM é outra empresa que também reduziu as tarifas com base no encolhimento do VU-M. "E se os concorrentes fizerem ofertas parecidas? Melhor. Esse efeito comunidade fica muito mais fácil de ser quebrado. Para a gente é perfeito. A gente acelera o fim dos currais", disse o executivo da Oi.

Segundo ele, a operadora vai gerar mais receita com as novas tarifas, pois vai induzir o usuário que até hoje permanece apenas on-net a sair da rede. Ele também explica que no médio prazo a quantidade de linhas móveis no país cairá, e que a Oi quer garantir sua fatia de mercado em meio a esta situação.

"O que a gente espera com esse lançamento é ganhar market share. Essa quebra do efeito comunidade vai fazer com que o numero de linhas móveis tenda a cair no médio prazo. E a gente quer que o nosso share no universo móvel cresça. A gente quer ganhar também wallet share. O consumidor tem um gasto com comunicações, e a Oi quer ser a melhor opção para ser o destino dos gastos dele", falou, em evento à imprensa realizado hoje, 03, no Rio de Janeiro.

Oi Livre Pré-pago

Oferta por Minuto: O cliente pode ligar para a Oi ou para qualquer operadora de qualquer lugar do Brasil por R$ 0,30 por minuto. Na oferta diária, cliente recebe 300 minutos para ligar para a Oi. Nas ofertas Por Minuto e Por Dia, o cliente pode contratar ainda 60 MB de internet 4G, 30 SMS para qualquer operadora e acesso à rede Oi WiFi por R$ 0,99/dia.

Já na oferta semanal, o cliente tem 75 minutos para ligar para a Oi ou para qualquer operadora de qualquer lugar do Brasil, 400 MB de internet 4G (onde disponível), 300 SMS para qualquer operadora e acesso à rede Oi WiFi por R$ 10 por semana.

A oferta mensal dá 300 minutos para ligar para a Oi ou para qualquer operadora de qualquer lugar do Brasil 1 GB de internet 4G, 500 SMS para qualquer operadora e acesso à rede Oi WiFi por R$ 40 ao mês.

No pós-pago, as novidade ainda virão com ofertas do tipo básico, intermediário ou avançado, de acordo com a necessidade do cliente, em modelo similar ao praticado pela Nextel. A companhia também vai anunciar um combo unindo, no mesmo pacote, telefonia residencial e móvel, com as novas tarifas. No caso, os planos serão chamados Oi Mais Pós. Também dará acesso gratuito a uma série de aplicativos normalmente pagos.

Em junho de 2015, a empresa possuía, no Brasil, cerca de 73 milhões de Unidades Geradoras de Receitas (UGRs), das quais cerca de 48 milhões estavam no segmento Móvel Pessoal, 17 milhões no segmento Residencial e 7,8 milhões no segmento B2B (grandes corporações e PMEs). Atualmente, a Oi ainda conta com mais de 1 milhão de hotspots da rede Oi WiFi em todo o Brasil.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/10/2015 - Rede Brasil Atual

# Modelo econômico no país favorece corrupção, diz coletivo

## Seminário em São Paulo denuncia "escandalosa" destinação de recursos do país para pagamento da dívida e as benesses que permitem às elites todo tipo de evasão fiscal

A corrupção é institucionalizada pelo modelo econômico do país, por conta de "escandalosa" destinação de recursos para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública e também pela dispensa de bilhões de reais em tributos que deixam de ser arrecadados das elites, afirma documento divulgado hoje (30) pela Auditoria Cidadã da Dívida, coletivo que defende a revisão da dívida pública interna e externa, nos três níveis do poder Executivo, para que o país deixe de arcar com 49% de seu orçamento em gastos com juros.

O documento é base de um seminário que será aberto na noite desta sexta-feira (30), em São Paulo, com o tema A corrupção institucionalizada e o sistema da dívida. Na continuidade do seminário, amanhã serão realizadas três mesas de debates: os movimentos sociais, a disputa pelo orçamento público e a superação do sistema da dívida (das 9h às12h30); empoderamento popular – os desafios da linguagem econômica e das ferramentas de comunicação (14h-16h30); e desafios para implementar a demanda cidadã por uma auditoria da dívida (17h--19h45).

O documento destaca que as despesas com juros e amortizações da dívida federal consumiram, somente no ano de 2014, a quantia de R$ 978 bilhões, correspondente a 45,11% do Orçamento Geral da União, enquanto para a saúde foram destinados apenas 3,98%, para a educação, 3,73%, e para assistência social, 3,08%. "É evidente o privilégio da dívida pública, detida principalmente por grandes bancos, em detrimento do cumprimento dos direitos sociais básicos estabelecidos constitucionalmente."

Em 2015, no período de janeiro a setembro, o país pagou R$ 508 bilhões a título de juros da dívida do setor público consolidado, ou seja, mais de meio trilhão de reais em nove meses. No mesmo período, o estoque de títulos da dívida emitidos pelo Tesouro Nacional cresceu R$ 600 bilhões, saltando de R$ 3,2 trilhões em janeiro para R$ 3,8 trilhões em setembro. De janeiro a 28 de outubro de 2015 foram gastos R$ 938 bilhões com a dívida pública federal, o equivalente a R$ 3,1 bilhões por dia, consumindo 49% de todo o gasto federal.

Por sua vez, apenas as benesses tributárias mais gritantes representam uma perda de arrecadação estimada em R$ 121,3 bilhões por ano. Essas benesses são dadas pela ausência de regulamentação do Imposto sobre grandes fortunas; a esdrúxula dedução de juros sobre capital próprio, que só beneficia grandes empresas e bancos; isenção de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos; e a isenção de ICMS sobre produtos primários e semielaborados destinados à exportação (Lei Kandir).

Além dessas, ainda poderiam ser mencionadas a redução de 30% para 15% da alíquota de CSLL para o setor financeiro; a isenção de Imposto de Renda sobre os ganhos dos estrangeiros na dívida interna, equívocos na aplicação do ITR, e muitas outras brechas que invariavelmente privilegiam os mais ricos e contribuem para acirrar cada vez mais a concentração de renda e aprofundar o fosso social que torna o Brasil o país mais injusto do mundo, conforme o documento do coletivo.

"Daí a necessidade de avançar a proposta de uma reforma tributária justa no país. O privilégio na destinação de recursos para o Sistema da Dívida, bem como as benesses tributárias bilionárias fazem parte da estrutura do modelo econômico equivocado aplicado no Brasil, voltado para a concentração de renda e riqueza. Tal modelo atende aos anseios do sistema capitalista que não tem escrúpulo para explorar a classe trabalhadora, nem limites para esgotar o meio ambiente, colocando em risco a própria vida no planeta. Dessa forma, a corrupção é inerente ao próprio modelo capitalista", afirma.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/11/2015 - Rede Brasil Atual

# Força-tarefa encontra 330 cortadores de cana da Unial em condição de escravidão

## Em Mato Grosso, JBS terá de pagar R$ 1,5 milhão de indenização a trabalhadores por demissão em massa

Segundo o procurador do Trabalho Ilan Fonseca, a Unial tentou ocultar as provas de condições dos cortadores

Na Bahia, cerca de 330 cortadores de cana foram encontrados em condições análogas à escravidão. A descoberta foi feita por meio de uma força-tarefa do Ministério Público do Trabalho (MPT) na fazenda da empresa União Industrial Açucareira (Unial) localizada no município de Lajedão.

Segundo o procurador do Trabalho Ilan Fonseca, a Unial tentou ocultar as provas das condições dos trabalhadores. "Os trabalhadores não tinham equipamentos de proteção, não dispunham de sanitários nem de qualquer proteção contra o sol ou chuva nos locais de corte de cana. Além disso, o alojamento apresentava condições precárias de higiene, principalmente em relação à água usada, armazenada em um tanque com plantas e restos de produtos químicos."

A empresa é reincidente no MPT. A Unial é processada por terceirização ilícita, trabalho infantil, alto índice de doenças ocupacionais e violações à Norma Regulamentadora nº 31 (NR-31), que estabelece medidas de saúde e de prevenção de acidentes.

### JBS

Cerca de 800 funcionários que trabalhavam no frigorífico da JBS em São José dos Quatro Marcos (MT) começaram a receber as indenizações por dispensa em massa. O montante a ser liberado é de aproximadamente R$ 1,5 milhão, sendo R$ 2,7 mil por empregado. Além da indenização, o valor inclui R$ 520 de cesta básica. A determinação é Vara do Trabalho de Mirassol D'Oeste.

Em maio, o frigorifico foi fechado por falta de gado para abate. A dispensa deu origem a duas ações civis públicas, movidas pelo MPT-MT e pelo sindicato da categoria.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/11/2015 - Rede Brasil Atual

# CPI do HSBC pode terminar por falta de andamento da investigação

**Dificuldades para que senadores tenham acesso às informações enviadas pelo governo francês levou integrantes da comissão a discutirem se vale a pena continuar o trabalho. Decisão sairá na próxima semana**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que avalia as contas secretas abertas por brasileiros no HSBC da Suíça – CPI do HSBC – que enfrenta dificuldades para funcionar, discutirá na próxima semana a possibilidade de vir a ser encerrada antes do prazo por falta de condições de trabalho. Os integrantes da CPI receberam hoje (3) uma espécie de ducha de água fria, com a informação de técnicos da Polícia Federal de que somente no final do mês (quando terão se passado quase oito meses de funcionamento da comissão) é que a PF terá condições de iniciar a avaliação de todas as informações recebidas pelo Ministério Público da França sobre o caso.

Além dessa demora, o mal-estar entre os integrantes da comissão reside no fato de o Senado não ter recebido os documentos do Ministério Público da França que foram encaminhados ao governo brasileiro. O acordo internacional firmado entre os governos francês e brasileiro só autoriza o compartilhamento de documentos para órgãos de fiscalização, e a CPI não é assim considerada pelos franceses.

Os entraves foram discutidas hoje, após audiência pública com representantes da PF e do Ministério Público Federal (MPF), que também realizam investigações em separado sobre o caso – o que complica ainda mais a situação. De acordo com o delegado federal Tomás de Almeida Viana, os dados recebidos pela França chegaram ao Brasil em linguagem muito técnica e em estado bruto, motivo pelo qual precisaram ser compilados e separados, para posterior análise.

Segundo Viana, as informações que estão sendo investigadas pela PF já foram periciadas mas ainda estão em análise porque os técnicos estão tendo muito trabalho para separar o que é realmente relevante para a investigação. Viana destacou a importância da CPI e outros órgãos que estão apurando as contas secretas compartilharem informações entre si.

Para o procurador da República Igor Nery Figueiredo, as duas investigações realizadas sobre as contas secretas do HSBC são distintas e é preciso que os senadores tenham isso em mente. Enquanto a Polícia Federal investiga o caso de forma mais abrangente, o MPF verifica possíveis crimes de evasão de divisas ou lavagem de dinheiro, a partir da descoberta dessas contas secretas.

"Decidimos conversar sobre isso para ficarmos mais detalhados a respeito dos históricos das pesquisas que têm sido feitas", reconheceu o presidente da CPI, senador Paulo Rocha (PT-PA), que pretende realizar uma reunião administrativa para discutir o encerramento ou não dos trabalhos até o final da próxima semana.

## Senadores divididos

Os senadores estão divididos em relação à posição a ser tomada. Mesmo criticando a demora e complicação para que possam receber informações, um grupo de integrantes da CPI trabalha com a alternativa de continuar os trabalhos, e ser enviado um senador até a França, provavelmente o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), para conversar com autoridades e ver se é possível obter documentos diretamente para a comissão. Na mesma viagem, o senador aproveitaria para ouvir o ex-funcionário do HSBC Hervé Falciani, responsável pela denúncia do escândalo de contas secretas abertas irregularmente pelo banco na Suíça.

Leia mais em:
**http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/11/dados--sobre-contas-do-hsbc-atrasam-ainda-mais-e-cpi-pensa-em--encerrar-atividades-1950.html**

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/11/2015 - Carta Maior

# Mensalão tucano não tem prisões, delações nem sentenças

**Enquanto a mídia seletivamente acusa, julga e sentencia alguns, nenhuma peça se move no julgamento que envolve o ex-governador Eduardo Azeredo, do PSDB**

Quando juristas e lideranças de outros setores da sociedade apontam o uso da Operação Lava Jato e outras investigações como um instrumento do golpismo, a direita conservadora esperneia. Mas existem fatos que comprovam essa afirmação, como o caso do chamado "mensalão".

Depois de ficar 11 anos praticamente parada no Supremo Tribunal Federal, a ação judicial que trata dos fatos relacionados ao mensalão tucano de Minas Gerais começou a tramitar no mês passado na Justiça em Minas Gerais, mas não saiu disso. A informação foi publicada no jornal Folha de S. Paulo desta terça-feira (3).

Enquanto a grande mídia seletivamente acusa, julga e sentencia, na maioria das vezes com base em ilações e factoides, e juízes posam como "heróis" paladinos da Justiça, nenhuma peça se move no julgamento que envolve o tucano e ex-governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB), que foi o primeiro a utilizar os serviços do publicitário Marcos Valério de Souza, condenado na Ação Penal 470, para financiar campanhas políticas.

A "celeridade da Justiça" em investigar, negociar delações premiadas e prender parece não existir quando se trata de tucanos. A ação foi ajuizada em dezembro de 2003 – quatro anos antes da denúncia criminal – no Supremo. Saiu pronta para o julgamento e há sete meses aguarda a sentença da juíza Melissa Pinheiro Costa Lage, da 9ª Vara Criminal de Belo Horizonte.

Segundo o Ministério Público, o governo do tucano Azeredo foi responsável por um esquema de desvio de R$ 14 milhões, em valores corrigidos, de empresas públicas mineiras para financiar a sua campanha de reeleição, em 1998. O pagamento seria para a agência SMPB, de Marcos Valério, com o objetivo de patrocinar o evento esportivo Enduro da Independência.

Só para comparar, a empresa de marketing esportivo do filho do ex-presidente Lula, Luis Cláudio Lula da Silva, teve a sua empresa devassada por uma ação da Polícia Federal por ter recebido pagamento de uma das investigadas. O detalhe dessa ação é que não há qualquer indício de irregularidade.

Já no caso de Azeredo, o promotor Leonardo Duque Barbabella aponta que há provas irrefutáveis. Em entrevista recente, ele criticou a demora da tramitação. "É um descrédito para o Ministério Público, é um descrédito para o Judiciário", afirmou. "Já há provas mais do que suficientes. A vantagem é que na área cível não prescreve", frisou.

Hoje, pouco se fala de Azeredo, que na época do escândalo era deputado federal e renunciou ao cargo para fugir do processo no STF. Especula-se que o objetivo do tucano é arrastar o processo utilizando os recursos de apelação até completar 70 anos, em 2018, quando as acusações prescreverão e ficarão impunes. Pelo andar da carruagem isso é bem possível.

De acordo com a Folha, a assessoria do Tribunal de Justiça mineiro informou que a juíza tem frisado a extensão da ação, que tem 52 volumes. E enfatizou ainda que a decisão será tomada após a leitura de cada um. A publicação, no entanto, salienta que a Ação Penal 470, chamada de "mensalão", cujo julgamento aconteceu em 2012, tinha 147 volumes.

Outro parlamentar que renunciou foi o empresário Clésio Andrade (PMDB), ex-senador que é réu no mensalão tucano. O processo dele também está na 9ª Vara e anda a passos de tartaruga.